

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO XXXXXXXXX**

**Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG nº XXXXXX SSP/DF e do CPF nº XXXXXXXX e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXX SSP/DF e do CPF nº XXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados no XXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXXXXXX, vem, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA XXXXXXXXXXXX**, propor

**AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS  
COM PEDIDO DE LIMINAR**

em desfavor da **EMPRESA XXXXXXXX**, na pessoa de seu representante legal, Sr. Fulano de tal, com endereço na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXX, telefone XXXXXXXX.

**I - DOS FATOS**

No ano de XXXX, os autores ocupavam um imóvel localizado na XXXXXXXXXXXX/DF. Todavia, após vistoria realizada pela CEB no local, os autores foram acionados judicialmente para que desocupassem o local em XX (XXX) dias, uma vez que estariam obstruindo a faixa de segurança da rede elétrica.

---

No mesmo dia em que saíram do imóvel acima descrito, a IDHAB (atual CODHAB) concedeu um lote aos autores, localizado na **XXXXXXXXXX/DF** (documento em anexo, datado de XX/XX/XXXX), porém os autores não se mudaram de imediato para o lote que foi concedido pelo IDHAB, pois resolveram primeiro construir e, somente após a conclusão da obra se mudariam para o local. A construção foi sendo erguida aos poucos, em face das dificuldades financeiras do casal.

Em 06 de abril de 2010 os autores foram visitar a obra, oportunidade em que encontraram no local uma pessoa de nome Fulano de tal. Questionado sobre sua presença na construção erguida pelos autores, *referida pessoa explicou que era irmão da atual dona do lote.*

Diante da confusão, uma vez que os autores é que haviam sido beneficiados com o lote, Fulano de tal explicou que sua irmã Fulano de tal é que havia sido beneficiada recentemente pela CODHAB com referido lote.

Ato contínuo, os autores foram até a CODHAB em busca de informações. O servidor que os atendeu explicou que o lote havia sido concedido para a Sr<sup>a</sup> Fulano de tal pelo fato dos autores não estarem construindo no local.

Ora, é certo que os autores estavam construindo, porém da forma como seus rendimentos eram capazes de arcar.

Diante do ocorrido os autores vêm procurando a CODHAB diariamente para buscar informações e soluções para seu problema, porém não obtendo sucesso. Inclusive em uma das vezes que os autores foram até a CODHAB os servidores daquele órgão explicaram que o edital de revogação publicado no dia XX de XXXXX de XXXXX no DODF de nº 73

---

é que legitimava o cancelamento do lote aos autores e permitia sua entrega para terceira pessoa. Confira-se o teor da mencionada publicação:

**“TORNA PÚBLICO o ato de revogação das redistribuições de todos os imóveis relacionados nos editais de cancelamento publicados em 2008 e 2009. Os beneficiários das redistribuições retornarão ao Cadastro Único de Habitação do Distrito Federal, concorrendo isonomicamente com os demais inscritos. O prazo para devolução voluntária será de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste edital”.**

Ora, o lote concedido aos autores foi doado no ano de XXXXX, conforme documento em anexo. Portanto, a toda evidência, o ato acima transcrito não poderia justificar a redistribuição do lote deles para terceira pessoa.

Sendo assim, os autores solicitaram cópia de seu processo administrativo de nº XXXXX, referente a regularização e entrega do lote localizado na XXXXXXXX/DF aos autores. Todavia, ao solicitarem a cópia do processo administrativo, foram informados que não havia processo administrativo com referido número e/ou em nome dos autores, e se caso tivesse um processo, eles não o haviam encontrado. Como se vê, um total desinteresse para solucionar o caso dos autores.

Inconformados, os autores procuraram assistência jurídica na Defensoria Pública, onde foi expedido o ofício de nº 116/2010/NAJI, datado de XX.XX.XXX, endereçado à CODHAB solicitando cópia do processo administrativo de nº XXXX. Transcorrido o prazo, nenhuma resposta e/ou explicação foi enviada à Defensoria Pública.

Sendo assim, não resta aos autores outra solução a não ser buscar a tutela jurisdicional para que o Requerido forneça – com urgência - cópia do processo administrativo de nº XXXX, em nome dos autores

---

**Fulano de tal e Fulano de tal**, cujas informações a respeito da entrega do lote aos autores e posterior redistribuição à terceira pessoa são imprescindíveis para a regularização do caso e/ou eventual ajuizamento de ação judicial cabível à defesa de seus direitos.

Por derradeiro, vale ressaltar que a pretensão dos autores encontra-se consubstanciada no artigo 844, II, do Código de Processo Civil, *verbis*:

Art. 844. Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial:

(...)

II - de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamentário, depositário ou administrador de bens alheios;

## **II - DA LIMINAR**

Na hipótese em evidência estão indubitavelmente presentes os requisitos autorizadores à concessão da tutela liminar, quais sejam, o *periculum in mora* e *fumus boni juris*.

O *fumus boni juris*, revela-se no direito dos autores de terem acesso aos documentos necessários à regularização do imóvel em seu nome, uma vez que foram beneficiados com referido imóvel no ano de XXXX e, desde então, passaram a construir no local a futura residência do casal.

O perigo na demora revela-se no fato de que os autores necessitam da cópia do processo administrativo para poder regularizar o imóvel, impedindo, por essa forma, que terceira pessoa ocupe definitivamente o local até que a situação seja esclarecida.

---

### **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, de acordo com o art. 4º da Lei nº 1.060/50, por serem os autores economicamente hipossuficientes;
- b) seja concedida a liminar, inaudita *altera parte*, no sentido de obrigar o requerido a exhibir judicialmente a **cópia do processo administrativo nº XXXXXXXX** (CODHAB), no prazo máximo de 72 horas, sob pena de pena diária a ser estipulada por este juízo;
- c) a citação do requerido para, querendo, apresentar defesa, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- d) a procedência do pedido, para que seja confirmada a liminar deferida no sentido de compelir o requerido a exhibir em juízo a Cópia do processo administrativo nº XXXXXXXX, o qual se encontra junto à CODHAB, sob pena de multa diária no valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXX).
- e) A condenação do Requerido ainda ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR/DF – PROJUR (art.1º, da Lei Complementar Distrital nº 744, de 04/12/2007), a serem recolhidos junto ao Banco XXXX, através de DAR (Documento de Arrecadação) com o código XXX – Honorários de Advogados – PROJUR.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela prova documental.

---

Atribuí-se à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXX).

XXXXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**  
PRIMEIRA AUTORA

---

**FULANO DE TAL**  
SEGUNDO AUTOR

---

**DEFENSORA PÚBLICA**